

Acordo estabelece novos limites entre cidades do CE

Um acordo entre os prefeitos das cidades cearenses de Itapipoca, Tururu, Tamboril, Uruburetama e Monsenhor Tabosa permitiu que fossem estabelecidos novos limites intermunicipais entre elas, alterando as linhas divisórias oficiais do mapa do Estado P.2 e 3

Ciganos cobram inclusão no Censo e mais acesso a políticas públicas

P.18



FOTO: KID.IR

DESTAQUE

LIMITES MUNICIPAIS



FOTO: REPRODUÇÃO | DIVULGAÇÃO/ IPECE

Marcos Moreira marcos.moreira@svm.com.br

“

Agora, com a regularização de fato e de direito, consolida-se o vínculo formal e legal. Importante ressaltar que não há perda de recursos para nenhum dos cinco municípios, pois os ajustes foram feitos com base em consensos, respeitando a realidade territorial e o pertencimento da população”

Cleyber Nascimento de Medeiros
Analista de Políticas Públicas do Ipece

Acordo entre prefeitos

As cidades cearenses de Itapipoca, Tururu, Uruburetama, Monsenhor Tabosa e Tamboril passaram a ter novos limites intermunicipais, após o governador Elmano de Freitas (PT) sancionar, em 13 de maio, o projeto de lei que altera as linhas divisórias oficiais do mapa do Estado. Ao todo, seis localidades e uma aldeia indígena trocaram de município a partir do acordo entre os pre-

feitos das áreas impactadas.

O novo mapeamento foi feito por meio de uma cooperação técnica entre o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), a Assembleia Legislativa do Estado (Alece) e o IBGE, que lideram o ‘Projeto Atlas de Limites’. Conforme as próprias entidades, a deliberação engloba consensos estabelecidos entre as administrações municipais

envolvidas. Em nota ao PontoPoder, o Ipece explicou que as localidades afetadas já eram administradas pelos respectivos municípios, que ofertavam serviços públicos e exerciam a “presença institucional”, como a gestão de escolas e postos de saúde que estão nas áreas que ganham nova “sede oficial”. O projeto vem, portanto, formalizar essa divisão que ainda não estava no mapa do Estado.

Mudança de limites entre cidades do Ceará foi feita em acordo com prefeitos; veja o que muda

Ao todo, seis localidades e uma aldeia indígena oficializaram troca de município após projeto de lei ser sancionado na semana passada

DESTAQUE



Monsenhor Tabosa, Itapipoca, Tamboril, Tururu e Uruburetama tiveram os limites intermunicipais atualizados

Em paralelo, de acordo com o Ipece, a iniciativa busca enfrentar as consequências da falta de precisão nos limites municipais: indefinição de jurisdição quanto à prestação de serviços e assistência à população; equipamentos públicos construídos fora dos limites do município e a consequente invasão administrativa de territórios vizinhos; indefinição do domicílio municipal afetando o sentimento de pertencimento dos moradores locais; distorções na arrecadação de impostos e dados estatísticos; imprecisão no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e no Fundo de Manutenção do Ensino Básico (FUNDEB).

“Agora, com a regularização de fato e de direito, consolida-se o vínculo formal e legal. Importante ressaltar que não há perda de recursos para nenhum dos cinco municípios, pois os ajustes foram feitos com base em consensos, respeitando a realidade territorial e o pertencimento da população”

Nesse cenário, a cidade mais afetada pelas mudanças é Itapipoca, no Litoral Oeste do Ceará, que “perdeu” seis áreas: Capelão, Mulungu, Serrotinho, Saco Verde, Severino e Mundaú. O PontoPoder acionou a Prefeitura acerca dos novos limites do município, mas não recebeu retorno. O espaço segue aberto para manifestação.

Monsenhor Tabosa-Tamboril: em 2019, a Lei Estadual nº 16.821 foi aprovada como marco legal dos limites intermunicipais cearenses. À época, a Aldeia Indígena de Viração, comunidade do povo Potyguara, ficou dividida: cerca de 70% seguiu no município de Tamboril, enquanto uma pequena área foi deixada dentro de Monsenhor Tabosa — ambas cidades cearenses do Sertão de Crateús.

A mudança na localidade é, justamente, um dos ajustes contemplados pelo Projeto de Lei nº 351/2025, aprovado na Assembleia Legislativa no último dia 8 de maio. A partir da oficialização, a aldeia passa

a ser 100% de Tamboril, que já administra, inclusive, uma unidade escolar na área.

Como explica o prefeito de Tamboril, Marcelo Mota (PSB), o recente acordo atende a uma reivindicação antiga dos moradores da comunidade indígena, onde todos já são eleitores do município, por sinal. O gestor indica que, com a alteração, a população oficial da cidade aumentará em aproximadamente 66 pessoas, conforme o estudo do Ipece.

“Para Tamboril, já existe lá uma quadra poliesportiva, existe uma escola indígena, que é do Estado, uma igreja também. Já esses prédios ficavam já dentro de Tamboril, mas várias casas ficavam dentro do limite de Monsenhor Tabosa. E há bastante tempo que a comunidade vinha reivindicando essa posição, mas não tinha sido resolvido”.

“Não houve prejuízo nenhum para o município de Monsenhor Tabosa, tendo em vista que o número de população que saiu de Monsenhor Tabosa e foi para Tamboril foi mínima”, pontuou Francisco Salomão (PT), prefeito tabosense. O gestor salientou, ainda, que a cessão da área foi fechada após a solicitação do prefeito Marcelo Mota e de lideranças indígenas.

O processo foi acompanhado pela Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará (Sepince). Em nota ao PontoPoder, a Pasta explicou que, desde o ano passado, vem sendo procurada pelo povo Potyguara para intermediar um diálogo com os prefeitos dos municípios envolvidos, no qual a principal demanda era o desejo de pertencer territorialmente a Tamboril, município ao qual se “identificam historicamente e culturalmente.”

Ainda segundo a Sepince, o acordo foi resultado de um processo de escuta e diálogo

contínuo. “Após diversas reuniões, foi construído um consenso entre os gestores municipais de Tamboril e Monsenhor Tabosa, que reconheceram oficialmente o sentimento de pertencimento do povo Potyguara a Tamboril, onde sua identidade foi consolidada ao longo do tempo.”

Itapipoca-Tururu: no pacote de mudanças, Tururu é o município que mais “ganha” localidades a partir dos novos limites: Capelão, Mulungu, Serrotinho e Saco Verde passam a integrar a cidade — anteriormente, todas estavam no mapa oficial de Itapipoca.

Tururu já administrava as áreas, reforça o Ipece, mas o projeto vem no sentido de regularizar a situação legal. Além disso, a oficialização envolve os seguintes equipamentos públicos: Escola EMEF Francisca Moreira de Freitas, de Mulungu; escola EMEF Raimunda Gomes de Sousa Mendonça, de Saco Verde; creche Nossa Senhora das Dores, de Mulungu; Unidade Básica de Saúde de Mulungu.

Necessidades básicas

Prefeito de Tururu, Elinaldo Monteiro (União Brasil) aponta que os moradores dessas comunidades, ao longo dos anos, sempre se sentiram pertencentes ao município, tanto que as necessidades básicas, como saúde, educação, assistência social, dentre outras, sempre foram cobradas e reivindicadas aos gestores da cidade.

“Com a oficialização da mudança territorial, o atual e futuros gestores do município de Tururu poderão direcionar recursos diretos para beneficiar a população dessas comunidades, além de poderem atender de perto suas demandas estruturais, o que antes não era permitido devido às proibições legais”.

O gestor evidenciou, ainda, que o acordo só foi possível acontecer com a cooperação do prefeito de Itapipoca, Felipe Pinheiro, que “teve um olhar sensível à situação das comunidades” e concordou em assinar a formalização do ajuste dos novos limites territoriais. Além disso, acrescenta Monteiro, outro ponto levado em conta foi o fato de que os moradores já tinham escolhido Tururu como domicílio eleitoral.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br



Ponte sobre o Rio Salgado, em Icó, apresenta alto índice de deterioração

MPCE diz que ponte no Icó com mais de 80 anos tem problema estrutural e aciona Estado para reforma. Relatório já confirmou alto índice de deterioração da ponte da CE-282, sobre o Rio Salgado

ceara@svm.com.br

Problemas estruturais

A construção data de 1939 e é um dos cartões postais da cidade, segundo o MPCE

O Ministério Público do Estado (MPCE) acionou a Superintendência de Obras Públicas do Ceará (SOP) para, num prazo de dez dias, apresentar medidas de reparação e controle imediato dos danos estruturais da ponte Piquet Carneiro da CE-282, sobre o Rio Salgado, em Icó. O requerimento da 4ª Promotoria de Justiça de Icó foi enviado à SOP no dia 8 de maio e encaminhado na última quinta-feira (22/05) por meio de ofício. Conforme a Promotoria

de Justiça, a ponte apresenta aparente desgaste de materiais e possível comprometimento da infraestrutura. A construção data de 1939 e é um dos cartões postais da cidade, segundo o MPCE. No documento emitido pelo órgão é pedida a diminuição do tráfego de veículos pesados. Além disso, para garantir a integridade da população, o órgão cobra providências para a recuperação do equipamento, bem como requer adoção de medidas urgentes de contenção dos danos para reduzir o risco

de acidentes.

Conforme o Ministério Público, a situação é acompanhada desde junho de 2024, após o órgão receber várias denúncias da população. Desde então, foram feitas várias manifestações à SOP.

Em abril deste ano, o órgão estadual enviou ao Ministério Público um relatório confirmando o alto índice de deterioração da ponte, como laje com armaduras expostas e corroídas, fundação com estacas expostas e segregação de con-

creto, manchas de umidade e viga travessa com deslocamento do revestimento, entre outros problemas.

Demandada pela reportagem do Diário do Nordeste, a SOP informou na tarde deste domingo (25) que o projeto de recuperação da Ponte Piquet Carneiro está em fase de conclusão, prevista para até dia 15 de junho. Após este prazo, a obra deverá ser encaminhada para licitação.

Sobre o pedido de restrição de tráfego de veículos pesados, feito pelo MPCE, a superintendência afirma que “na vistoria técnica realizada pelos projetistas estruturais da SOP, verificou-se que a caracterização estrutural da ponte é ruim, mas sem risco iminente de colapso”. “Desta forma não será necessário a restrição de tráfego”.

Já sobre a mitigação dos riscos ao tráfego de pessoas na ponte, pedido pelo Ministério Público, o órgão diz estar estudando a solicitação. A SOP ainda reforça que “monitorea periodicamente a condição estrutural da mesma até o início de sua recuperação”.

Saiba como utilizar os patinetes elétricos compartilhados de Fortaleza

Custo varia de acordo com a distância percorrida, e usuários precisam ficar atentos às regras de circulação

ceara@svm.com.br

CEARÁ

Patinetes compartilhados

Quem passa por algumas vias de Fortaleza, principalmente na região da Avenida Beira-Mar, já deve ter notado a presença recente de patinetes elétricos azuis. O novo serviço é gerenciado pela empresa Jet Brasil, em parceria com a Prefeitura Municipal, e está disponível para uso compartilhado por meio de pagamento.

A iniciativa busca facilitar pequenos deslocamentos de forma prática e promete ser sustentável. A Jet Brasil é a primeira empresa credenciada pela Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) para operar esse tipo de transporte. Segundo a Prefeitura de Fortaleza, cerca de 350 patinetes já estão em circulação, distribuídos em 40 estações virtuais, localizadas em calçadas, praças, parques e vagas no leito viário. Para usar, é preciso um celular com acesso à internet.

A novidade ganha as ruas

seis anos após permissão do município: em abril de 2019, foi assinada a Regulamentação para Operadoras de Micromobilidade em Fortaleza, que incluiu patinetes e bicicletas elétricas.

A iniciativa autorizou equipamentos de mobilidade individual autopropelidos modelo “dockless”, o que permite que sejam retirados e devolvidos pelos usuários em qualquer lugar da

área de atuação das operadoras.

Os patinetes são rastreados por GPS, têm velocidade máxima de 20 km/h e são equipados com placa de identificação, sistema de freios, campainha e faróis de LED integrados.

Segundo relatos dos usuários do serviço, o uso dos patinetes elétricos funciona por meio de cobrança por tempo de uso e deve ser verificado diretamente no aplicativo da empre-

sa responsável. O desbloqueio para o uso custa R\$ 2,99 por viagem, com uma tarifa adicional de, em média, R\$ 0,69 por minuto.

Para quem opta pela assinatura mensal, há isenção da taxa de desbloqueio, e o valor por minuto varia entre R\$ 0,25 e R\$ 0,99, dependendo do horário e do dia da semana. Os preços de assinatura variam de R\$ 14,99 por mês até R\$ 49,99 por ano.

O desbloqueio para o uso custa R\$ 2,99 por viagem, com uma tarifa adicional de, em média, R\$ 0,69 por minuto



PEC NORDESTE



VENHA FAZER NEGÓCIO ONDE O AGRO FAZ.

O maior evento do agronegócio do Norte e Nordeste.

Inscrições
PECNORDESTE
.COM.BR

5 a 7
DE JUNHO/2025

CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ
FORTALEZA - CE - BRASIL

Promoção e Realização



Patrocínio



GALERIA DN

Panelada

Ao ar livre, de madrugada e no fogareiro: 15 anos de sucesso do Caldeirão da Panelada em Fortaleza



FOTO: THIAGO GADELHA

Saúde

Precarização do trabalho, remédio e concurso: os desafios da Saúde em Fortaleza



FOTO: FABIANE DE PAULA

Vendas

Como vender na Amazon Brasil: guia completo para começar e crescer no marketplace



FOTO: KID JR

GALERIA DN

FOTO: THIAGO GADELHA



Bebês reborn

Cearense tem coleção com 80 bebês reborn: 'Através deles, eu busco a minha interioridade'

FOTO: DAVI ROCHA



Gastronomia

Baião de dois é o prato típico principal de Fortaleza, segundo pesquisa: conheça origem e variações

FOTO: KID JR



Eliminação

Nos pênaltis, Fortaleza é eliminado da Copa do Brasil pelo Retrô no Castelão



PONTO PODER

Qual o tamanho e a força de representação dos partidos políticos no Ceará?

No Estado, apenas sete partidos possuem representação em todas as instâncias do Legislativo e nas prefeituras, por exemplo

Luana Barros

luana.barros@svm.com.br

A força dos partidos

Nas próximas semanas, devem ser consolidadas duas uniões de partidos no País, com impactos não apenas nacionais, mas também estaduais. O Progressistas (PP) e o União Brasil devem formar uma federação, tornando-se a maior bancada do Congresso Nacional por, pelo menos, quatro anos. Também foi confirmada a fusão entre o PSDB e o Podemos, em um cenário no qual existe ainda a perspectiva deste novo partido vir a se federar com outra legenda.

A nova leva de junção entre partidos confirma tendência observada no cenário político-eleitoral brasileiro na última década: a diminuição progressiva do número de partidos. Eram 35 partidos em 2015, quando a primeira regra eleitoral para tentar reduzir a fragmentação partidária no Brasil foi aprovada. Agora, são apenas 29 partidos. Na teoria.

Na prática, com três federações estabelecidas, são apenas 25 instâncias partidárias — na federação, todos os partidos têm que agir como um só. Um número que deve cair em 2026. Além disso, uma quantidade ainda menor desses partidos possui representação em mandatos eletivos ou cumpre as regras eleitorais para recebimento de recursos.

Por exemplo, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, apenas 19 partidos recebem



PONTO
PODER

recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, mais conhecido como Fundo Partidário. Isso significa que, em 2022, apenas eles conseguiram cumprir a cláusula de barreira, vinculada diretamente à representação na Câmara dos Deputados.

No Ceará, existe também uma discrepância entre os partidos quando se trata de ocupação de mandatos eletivos. Apenas sete partidos possuem representação em todas as instâncias do Legislativo — bancada no Congresso Nacional e cadeiras tanto na Assembleia Legislativa como em câmaras municipais —, e nas prefeituras cearenses.

Fica de fora desse número, por exemplo, o partido com maior bancada na Câmara dos Deputados e, portanto, maior fatia de recursos públicos: o PL. Apesar de ter bancada nas casas legislativas, o partido não conseguiu eleger nenhum prefeito em 2024.

Com uma das três cadeiras do Ceará no Senado Federal, o

Novo é outro partido que não possui representação em todos os cargos eletivos no Ceará. Além do senador Eduardo Girão (Novo), o partido elegeu apenas dois vereadores em todo o Estado.

As outras duas vagas do Senado estão com partidos com ampla representação nos cargos eletivos cearenses: PT e PSB. Os dois lideram, por exemplo, o número de prefeituras conquistadas em 2024 — com o PSB tendo eleito 65 gestores e o PT, 46 —, além de centenas de vereadores.

Eles também possuem as maiores bancadas da Assembleia Legislativa do Ceará, além de representação na bancada cearense na Câmara dos Deputados. O PT possui ainda o Governo do Estado, atualmente sob comando de Elmano de Freitas (PT).

Outrora hegemônico no Ceará, o PSDB tem representação reduzida no Ceará. A federação da legenda tucana com o Cidadania — que não deve ser reno-

vada em 2026 — elegeu apenas duas deputadas estaduais e duas prefeituras, além de 40 vereadores em todo o Estado.

Outra federação com pouca representação é a formada por Psol e Rede Sustentabilidade. Juntos, eles possuem apenas 1 deputado estadual e 8 vereadores eleitos no Ceará.

Alguns partidos, por sua vez, possuem representação mínima. É o caso de cinco siglas que elegeram apenas vereadores em municípios cearenses. São eles DC (26), Agir (11), Mobiliza (10), PRTB (4) e PMB (3). Outros quatro partidos não detêm nenhum mandato eletivo no Ceará: PSTU, PCB, PCO e UP.

A redução no número de partidos é resultado de uma série de regras eleitorais aprovadas de 2015 para cá. A primeira delas, que completa 10 anos em 2025, estabelecia mais critérios para a criação de partidos. Contudo, a minirreforma eleitoral de 2017 foi a que teve maior impacto nos órgãos partidários.

A Emenda Constitucional 97/2017, aprovada naquele ano, determinou o fim das coligações para a disputa por cargos proporcionais e estabeleceu um desempenho mínimo para que os partidos tenham acesso a recursos públicos. No caso do Fundo Partidário, apenas siglas que alcançaram a cláusula, recebem os recursos anualmente.

No caso do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), mais conhecido como Fundo Eleitoral, todos os partidos recebem 2% do valor total. Contudo, mais dinheiro é acrescido de acordo com a representação de cada partido. O que cria disparidades entre os valores disponíveis para cada sigla.

Em 2024, por exemplo, o PL recebeu cerca de R\$ 886,83 milhões e o PT teve R\$ 619,85 milhões disponíveis, enquanto siglas como Novo e PCB tiveram cerca de R\$ 3,4 milhões.

“Essa estrutura criada pela cláusula de barreira ajudou a criar esses super partidos, que impedem o crescimento das minorias e se autocondizem ao poder, porque vai ser impossível competir com eles pela estrutura financeira que eles têm”, critica o advogado eleitoral Fernandes Neto. Ele é presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Ceará (OAB-CE) e autor do livro “Partidos Políticos – Desafios Contemporâneos”.

Para Fernandes Neto, a diminuição da fragmentação partidária não é um ato benéfico por si só.

“As pessoas analisam a diminuição da fragmentação (partidária) como um ato por si só benéfico, mas até 2030, vão ter 7 ou 8 partidos (no Congresso), no máximo. Isso vai facilitar a governabilidade? Isso vai facilitar o diálogo só pelo número? Ou essa estrutura de poder que foi criada nos partidos, principalmente financeira, vai dificultar? Já está dificultando”, afirma Fernandes.

Ele completa ainda que a regra de desempenho fortaleceu os partidos como “estrutura de competição política, principalmente financeiramente, mas não fortaleceram os partidos como instituições, porque não tem uma ideologia clara, com exceções”.

“Esses grandes partidos, em sua maioria, não são definidos por ideologia, mas pelo fisiologismo e pela capacidade de oferecer maior apoio eleitoral aos candidatos. (...) Não se argumenta a favor de muitos partidos, o modelo ideal deve garantir transparência ideológica e permitir a representação das minorias no poder”.

Federações partidárias

As federações partidárias, mecanismo criado em 2021, tentam ser um mecanismo para ajudar legendas a sobreviver, inclusive aquelas com mais características ideológicas. Nelas, os partidos se unem por, pelo menos, quatro anos e funcionam como uma só sigla.

Assim, a federação partidária não tem como objetivo apenas a eleição, como era o caso das coligações, tendo uma atuação durante, pelo menos, um mandato eletivo inteiro e com efeitos sobre todas as instâncias da sigla, diferente das coligações que poderiam ser formadas em um único estado ou município.

Ao mesmo tempo, as federações permitem que cada partido integrante mantenha autonomia partidária, inclusive o programa partidário e características históricas, como o nome e a numeração — o que nem sempre é possível, por exemplo, em mecanismos como a fusão ou a incorporação.

“Essas federações vieram para ajudar os partidos pequenos a sobreviverem”, pontua Adriana Alcântara. Ela é chefe da seção de Partidos Políticos do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) e pós-doutoranda na Universidade Federal do Piauí, com pesquisas voltadas para o sistema partidário brasileiro.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

A redução no número de partidos é resultado de uma série de regras eleitorais aprovadas de 2015 para cá

A primeira delas, que completa 10 anos em 2025, estabelecia mais critérios para a criação de partidos

Nem todos os partidos possuem representação em cargos eletivos no Ceará

FOTO: FABIANE DE PAULA



VIDA SAUDÁVEL



Musculação para idosos: o segredo para evitar sarcopenia e demências
Estudo revelou que houve um aumento de quase 60% de pessoas com mais de 65 anos nas academias

Raísa Azevedo raisa.azevedo@svm.com.br

Musculação para idosos

Envelhecer com qualidade tem se tornado uma preocupação cada vez mais frequente entre os brasileiros. Para alcançar a longevidade com autonomia e bem-estar físico e mental, é preciso estar em movimento. Mas como fazer uma “pou-

pança” de músculos ao longo da vida? Conforme o Censo 2022 do IBGE, o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em 12 anos, somando mais de 22 milhões de brasileiros. Acompanhando o ritmo desse crescimento, um levantamento da plataforma

de gestão fitness Tecnofit revelou que houve um aumento de quase 60% de pessoas com mais de 65 anos nas academias. A convergência entre os dados não é coincidência. O Brasil está envelhecendo — e se movimentando mais. Muito além da busca pela estética, especialistas afirmam que a

prática de exercícios físicos é fundamental para prevenir doenças, manter a independência funcional, prevenir acidentes domésticos, garantir qualidade de vida e o equilíbrio do corpo e da mente. De acordo com César Lobão, educador físico parceiro da Life Fitness, a partir dos 30



FOTO: SHUTTERSTOCK

anos, o corpo começa a perder massa magra naturalmente. “A cada década de vida, há uma perda muscular que pode variar de 3% a 10%. Dessa forma, é preciso começar uma ‘poupança de músculos’ o quanto antes, pensando na longevidade”, afirma o profissional. “Apesar de a musculação ser uma atividade benéfica para qualquer faixa etária, nos últimos anos, há uma tendência dos idosos em praticar musculação em busca do resgate da qualidade de vida”, completa.

Desta forma, a musculação é a aliada número um contra a sarcopenia — condição que compromete a massa e a força muscular e afeta especialmente os idosos.

Ter ciência das limitações e especificidades desse público para a musculação e fazer a adaptação dos treinos é chave para se exercitar com segurança e eficácia.

O especialista orienta que o primeiro cuidado básico é fazer uma avaliação física completa, que vai ser diferente se a pessoa for sedentária ou se já tiver algum hábito de atividade física.

“Na avaliação, conseguimos um diagnóstico para fazer a aplicação da atividade com assertividade. O segundo passo é iniciar um processo de adap-

tação. Saber que existe uma progressão e buscar um bom profissional que possa orientar [o idoso] de maneira adequada, com os cuidados básicos de utilização dos equipamentos, fazendo os devidos ajustes para um treino seguro e eficaz”.

Cuidado com cargas

O professor César Lobão alerta para não exceder a frequência de treinamento indicada para a faixa-etária. Outro ponto que merece atenção é uso correto de cargas.

“Situações de risco podem ocorrer, principalmente com esse público. Por isso, é sempre indicado buscar orientação para que haja uma progressão de carga adequada, saber que irá aumentar o peso de acordo com a sua resistência, força e frequência de treinos, dentro do objetivo de cada pessoa”.

Além disso, manter uma postura adequada e respeitar a amplitude dos movimentos é crucial para obter bons resultados. Para evitar sobrecargas e garantir a segurança cardiovascular, o ideal é fazer o controle da intensidade do treino por meio da frequência cardíaca. Equipamentos com monitor cardíaco ou relógios inteligentes podem auxiliar nesse processo.

Estudos recentes apontam a importância de preservar a

A musculação é a aliada número um contra a sarcopenia

musculatura de membros inferiores. Isso porque os músculos das pernas garantem boa qualidade de circulação sanguínea e, consequentemente, boa nutrição e oxigenação de sistemas neurais, protegendo contra doenças neurodegenerativas.

“Diversas pesquisas indicam que a musculação atua para a prevenção de doenças desse público, como a demência, a sarcopenia e problemas como falta de equilíbrio. Ela traz o benefício da recuperação cardiovascular, tanto do coração, como pulmão e vias respiratórias, trazendo um benefício de resgate da capacidade física geral do idoso”, detalhou o profissional.

O exercício físico também traz benefícios para a saúde

cognitiva. Um estudo da revista The Lancet identificou o sedentarismo como um dos fatores de risco para o surgimento de demências. A pesquisa enfatizou que a atividade física regular é uma das formas de evitar ou retardar o aparecimento de até 40% das demências.

“A musculação proporciona um equilíbrio e o resgate da musculatura para o idoso se manter saudável e ter um certo grau de longevidade. Estudos também já comprovam que atividades que estimulam a área neuromuscular têm uma correlação com a parte cognitiva, prevenindo doenças que acometem geralmente os idosos, como demência e Alzheimer”, assinalou o professor.

A atividade física também pode proporcionar o bem-estar mental por meio do aumento do convívio social. Na terceira idade, é comum o sentimento de solidão e improdutividade. Criar uma rotina com objetivos, incluindo os exercícios coletivos, é uma forma de prevenir o declínio cognitivo, destaca o professor Welton Godinho, presidente da Câmara de Educação Física e Saúde do Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região (CREF 5).

“O adulto, quando ativo, estimula o processo de neurogênese, que é a criação de novos neurônios por conta da atividade física”, diz. “Além do melhor convívio social, temos benefícios estruturais no cérebro. Não só o cérebro controla o músculo, como o músculo também envia muitas mensagens para o cérebro, diminuindo processos de inflamação crônica, melhorando os processos oxidativos de degradação celular”, ressalta o professor.

Caminhadas

A recomendação é a prática da musculação pelo menos 3 vezes na semana e, nos outros dias, as atividades coletivas como treinamento funcional, dança, ginástica, caminhadas, aulas de alongamento, pilates ou yoga.

“A saúde muscular não é só o ganho de massa muscular. O mais importante é manter essa massa muscular e manter a força. Quando você tem força, você tem mais equilíbrio, consegue realizar tarefas do dia a dia de forma mais fácil e evita o risco de lesões e quedas”, conclui Welton Godinho.

Conforme o Censo 2022 do IBGE, o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em 12 anos

Especialistas afirmam que a prática de exercícios físicos é fundamental para prevenir doenças

OPINIÃO

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho.” **Edson Queiroz**

CHARGE



IDEIAS



Implantodontia

Davi Cunha
Cirurgião-dentista

Maio de 2025 marca os 60 anos do primeiro tratamento com implantes dentários osseointegrados em humanos — um marco que revolucionou a odontologia e mudou a vida de milhões de pessoas.

A descoberta da osseointegração, processo em que o titânio se integra biologicamente ao osso, abriu caminho para uma nova era na reabilitação oral. O autor da técnica, o professor sueco Per-Ingvar Brånemark, é reconhecido como o “pai da implantodontia”.

Seis décadas depois, o legado de Brånemark segue presente na prática clínica e no impacto positivo na vida de pacientes.

Desde os primeiros implantes cilíndricos, a implantodontia evoluiu com novos materiais, técnicas menos invasivas, maior previsibilidade e redução no tempo de reabilitação.

O Brasil é um dos países líderes no setor. Segundo o IBGE, cerca de 14 milhões de brasileiros adultos vivem sem nenhum dente e mais de 34 milhões perderam 13 ou mais dentes — sendo os idosos os mais afetados.

Dados da Abimo - Associação Brasileira de Dispositivos Médicos, mostram que por ano, são realizados aproximadamente 800 mil implantes e 2,4 milhões de próteses dentárias no país, demonstrando a alta demanda por tratamentos restauradores.

Entre as maiores inovações recentes está o implante zigomático, indicado para pacientes com grande

Segundo o IBGE, cerca de 14 milhões de brasileiros adultos vivem sem nenhum dente e mais de 34 milhões perderam 13 ou mais dentes

perda óssea na maxila. Essa técnica utiliza os ossos zigomáticos (maças do rosto) como suporte, evitando enxertos ósseos complexos e oferecendo uma solução mais rápida e eficaz.

Clínicas especializadas em todo o mundo adotam essa abordagem como padrão ouro para casos de atrofia maxilar severa.

Com o apoio de imagens 3D, cirurgias guiadas e biomateriais de ponta, a implantodontia se firma como uma das áreas mais tecnológicas da odontologia.

O futuro aponta para tratamentos cada vez mais personalizados, acessíveis e seguros — garantindo que mais pessoas possam recuperar o sorriso com confiança.



Ensino Fundamental

Patricia Mota Guedes
Mestre em Políticas Públicas

Os Anos Finais do Fundamental (6º ao 9º ano) são uma ponte entre a infância e a adolescência, guiando estudantes de 11 a 14 anos ao Ensino Médio. Mas essa ponte precisa de reparos. O Censo Escolar 2024, divulgado pelo MEC (Ministério da Educação), aponta uma queda de 220 mil matrículas na rede pública nessa etapa, dentro de um declínio de 310 mil na educação básica, apesar do aumento na Educação Infantil e no Ensino Médio.

Desde 2022, essa redução sinaliza instabilidade. Embora dados de 2024 sobre reprovação, repetência, abandono e evasão não estejam disponíveis, o Censo Escolar Longitudinal indica que metade dos alunos chega ao 9º ano com trajetórias irregulares. A desigualdade piora o cenário: apenas 52% dos nascidos entre 2000 e 2005 concluem o Fundamental na idade certa. Entre pretos, o índice é 42%; em escolas vulneráveis, 39%; indígenas, 23%; e estudantes com deficiência, 22%, segundo o estudo “A permanência importa”, da Fundação Itaú. Cerca de nove milhões de jovens não concluíram o Ensino Básico e estão fora da escola, muitos abandonando antes do Ensino Médio. Portanto, o Censo ajuda a desnaturalizar esse quadro.

A pandemia agravou as fragilidades. Estudantes dos Anos Finais enfrentaram perdas nos Anos Iniciais ou na transição do 5º para o 6º ano. Sem bases sólidas — como leitura, compreensão de textos e operações matemáticas —, a travessia é mais difícil. Políticas de recomposição de aprendizagem buscam fortalecer essas bases, mas demandam tempo e recursos para evitar mais jovens ficando para trás.

A pandemia agravou as fragilidades. Estudantes dos Anos Finais enfrentaram perdas nos Anos Iniciais ou na transição do 5º para o 6º ano

Historicamente negligenciados, os Anos Finais ganharam foco com o programa Escola das Adolescências. Com R\$100 milhões, a iniciativa oferece materiais, formações para professores e gestores, além de recursos via Dinheiro Direto na Escola, mas é modesta frente aos R\$12 bilhões do Pé-de-Meia, voltado ao Ensino Médio. Alguns estados e municípios já estruturam políticas para essa fase, mas é apenas o início.

Reverter esse cenário exige colaboração entre estados, municípios e governo federal para fortalecer o Escola das Adolescências e integrá-lo a outros programas. A queda nas matrículas pede metas específicas e mais investimentos, sem comprometer outras etapas. Os Anos Finais são fundamentais para o desenvolvimento dos adolescentes. Que o Censo Escolar mobilize mais atenção e investimento nessa etapa.

Voo é cancelado por recusa de levar um cachorro

Companhia aérea se recusa a embarcar cão de serviço mesmo com ordem judicial; voo é cancelado. Aeronave deveria ter saído do Rio para Lisboa, mas impasse impediu a viagem



Voo que partiria do Rio de Janeiro para Lisboa, capital de Portugal, na tarde desse sábado (24), foi cancelado após a TAP impedir o embarque de passageira, identificada apenas como Hayanne, com um cão de serviço. A recusa aconteceu mesmo havendo uma ordem judicial para o embarque. Hayanne tentava levar Teddy, como é chamado o cão de serviço, para a irmã de 12 anos

que mora em Lisboa há pouco mais de um mês. A criança tem diagnóstico de espectro autista. Em nota enviada ao Metrôpoles, a TAP informou que o embarque de Teddy na cabine da aeronave “violaria o Manual de Operações de Voo da TAP Air Portugal, aprovado pelas autoridades competentes portuguesas”. Informou ainda que isso poderia colocar “em risco a segurança a bordo”.

Teto cai em cima de aniversariante

Fato aconteceu durante sessão de 'Premonição 6' em cinema na Argentina



Enquanto assistia ao filme "Premonição 6: Laços de Sangue", a jovem Fiamma Villaverde, 29 anos, foi atingida por um pedaço do teto que caiu da sala do Cinema Ocho, em Buenos Aires, na Argentina. O acidente ocorreu no mesmo dia de seu

aniversário, na última segunda-feira (19). Fiamma revelou que não tinha planejado assistir ao filme, mas ao passar na frente do ingresso, decidiu entrar na sessão com a filha de 11 anos e uma amiga.

Atlético pode vir com time misto

Cuca sinaliza poupar titulares no Atlético/MG contra o Ceará pela Série A na próxima rodada



O Ceará não atuou no fim de semana pela Série A devido ao seu jogo da 10ª rodada, contra o Botafogo que seria no dia 24, ter sido adiado para o dia 4 de junho, no estádio Nilton Santos. Assim, o Vovô se prepara para o jogo com o Atlético/MG, no dia

1º, no Castelão, às 18h30. E o Ceará deve encarar um Galo bem diferente, com uma formação reserva ou mesclada, como deu a entender o técnico Cuca, após o empate com o Corinthians em 0x0 no sábado (24), no Arena MRV.

Maior ataque russo

Rússia faz maior ataque aéreo à Ucrânia desde o início da guerra e deixa 12 mortos

A Rússia voltou a atacar territórios ucranianos, incluindo a capital Kiev, na noite do domingo (25), no horário local. Pelo menos 12 pessoas morreram, disseram autoridades, enquanto os governos dos dois países fizeram uma troca de prisioneiros. Ao longo dos últimos 3 dias, foram repatriados cerca de 1.000 combatentes cada. Este foi o maior ataque aéreo desde a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022.



Falta de estrutura

A seis meses da COP 30, aeroporto de Belém segue sem estrutura pronta para demandas do megaevento

Faltando cerca de 6 meses para que a cidade de Belém receba a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) - COP 30, que acontecerá entre os 10 e 21 de novembro de 2025, o Aeroporto Internacional de Belém não está pronto para receber o megaevento. O Ministério de Portos e Aeroportos e a Polícia Federal vêm pressionando a administração do terminal para definir, com urgência, as tecnologias necessárias para garantir segurança.





MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Trópicos registram perda recorde de floresta primária

Levantamento mostra destruição de 18 campos de futebol por minuto. Os dados, que podem ser vistos na plataforma Global Forest Watch (GFW)

Leticia Bond / Agência Brasil



O Brasil tem atualmente 153,14 mil hectares da cobertura vegetal original recuperada

Floresta devastada

Em 2024, países dos trópicos, como o Brasil e a Bolívia, perderam 6,7 milhões de hectares de floresta primária. A área, que corresponde à do Panamá inteiro, é a maior já registrada pelo Laboratório de Análise e Descoberta de Terras Globais

(Glad Lab), da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. Os dados, que podem ser vistos na plataforma Global Forest Watch (GFW), do World Resources Institute (WRI), confirmam a destruição de 18 campos de futebol por minuto. Os incêndios florestais são o

principal fator para a perda vegetal - algo que os especialistas destacam, a fim de diferenciar de desmatamento, já que esse pressupõe ação humana e nem sempre é o contexto de todas as situações monitoradas. Eles acrescentam que, ainda que os incêndios sejam um fenômeno natural em certos ecossiste-

mas, em florestas tropicais são quase sempre provocados pelo ser humano. Os incêndios queimaram cinco vezes mais floresta tropical primária em 2024 do que em 2023. Um grupo de apenas dez países responderam por 87% da perda registrada no ano passado, estando no topo da lista o Brasil, onde 42% da perda nos trópicos ficaram concentrados. Também compõem a relação a Bolívia, que subiu para a segunda posição nesse último ano de análise, a República Democrática do Congo, Indonésia, o Peru, Laos, a Colômbia, Camarões, a Nicarágua e o México. Em todo o mundo, houve também um recorde de perda de cobertura arbórea, ou seja, o agravamento do quadro não ficou limitado às florestas tropicais primárias. O monitoramento indicou aumento de 5% na perda total, na comparação com 2023, o que elevou

a soma da área devastada para 30 milhões de hectares e fez com que, pela primeira vez, os pesquisadores constatassem grandes incêndios consumindo vegetação tanto nos trópicos quanto em florestas boreais.

O acadêmico e codiretor do Glad Lab, Peter Potapov, explicou que foram identificadas perdas significativas, inclusive em locais remotos, como o Alasca, em pontos do Canadá e também na Sibéria. Para Potapov, há preocupação com o fato de atingir florestas em pontos mais recuados porque “nos cenários intactos não há atividade industrial”.

Brasil

Quanto ao caso específico do Brasil, Potapov apontou os fatores que contribuem para o avanço na devastação de florestas intactas.

“A agricultura industrial, a mineração e a exploração madeireira são os principais responsáveis por sua perda”, afirmou, em resposta ao questionamento da Agência Brasil.

O resultado da generalização é atribuído também ao volume de gases de efeito estufa produzido pelos incêndios. Foram expelidas 4,1 Gt, quantidade quatro vezes maior do que em 2023.

“Isso tem que ser um chamado para todos os países, os negócios, porque, se continuar nesse caminho, vamos devastar tudo, não vamos frear a mudança climática e teremos grandes impactos”, recomendou a codiretora da GFW.

Segundo o catedrático Matt Hansen, também codiretor do Glad Lab, o documento com as informações consolidadas completa uma década com indicativos críticos. “Estamos vendo esse relatório como más notícias”, resumiu.

No relatório, constam mais detalhes sobre o período atravessado pelo Brasil, país com o maior número de florestas primárias tropicais do mundo. De acordo com a equipe do Glad Lab, as taxas de perda não relacionadas a incêndios também

subiram 13% em 2024, mas permaneceram abaixo dos picos do início dos anos 2000 e também dos alcançados durante o governo anterior.

No documento, os pesquisadores atribuem, principalmente, ao desmatamento de florestas para monocultivo de soja e para a pecuária a responsabilidade pela perda de floresta primária. Eles reconhecem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem buscado garantir a preservação dos biomas por meio de políticas socioambientais, com a revogação de leis, a demarcação de terras indígenas e ações que visam ao cumprimento da legislação em vigor, mas que essa evolução ainda está ameaçada pela expansão agropecuária.

A Amazônia teve a maior perda de vegetação desde o recorde em 2016, saltando 110% de 2023 a 2024, sendo os incêndios o elemento central no ano passado. O Pantanal, por sua vez, foi o bioma que apresentou o maior percentual de perda de cobertura arbórea.

Desmatamento

Na semana passada, o Mapbiomas divulgou um estudo que indica redução do desmatamento nos biomas brasileiros. Além de utilizar outra metodologia, a organização inclui no foco de avaliação as florestas secundárias.

O levantamento divulgado hoje prioriza as florestas primárias e leva em conta todos os distúrbios em todas as florestas, não só desmatamento, incluindo fogo.

Essas diferenças explicam por que, em 2024, a Universidade de Maryland aponta 2,31 milhões de hectares de perda por corte raso e fogo (com aumento de 284% em relação a 2023), enquanto o MapBiomas Alerta indica uma queda de 32%, registrando 1,24 milhões de hectares.

“Após remover as perdas relacionadas a fogo e extração de madeira, os valores se aproximam dos dados do MapBiomas. Portanto, o uso combinado dos dois sistemas

pode oferecer uma visão mais abrangente das dinâmicas de perda florestal no Brasil”, ressalta a assessoria dos institutos de pesquisa.

Alteração

A Mata Atlântica é o bioma que mais sofreu alteração na cobertura e uso da terra no Brasil nos anos de 1985 a 2023. Em 39 anos, seu território teve aumento de 91% da área agrícola, mas também registrou alguma recuperação de vegetação nativa em 45% dos municípios após a aplicação do Código Florestal no país, aponta análise da Mapbiomas, divulgada em novembro último. Com apenas 31% de cobertura vegetal preservada e 67% de ocupação e atividades humanas na região, a Mata Atlântica continua perdendo vegetação. Durante o período analisado, a redução foi de 10%, ou seja, 3,7 milhões de hectares.

O estudo mostra que, atualmente, 60% dos municípios onde a Mata Atlântica está presente, mantêm menos de 30% da vegetação nativa e ao longo de todos esses anos, apenas os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo conseguiram recuperar mais do que perder parte do seu bioma.

Onde houve perda de área natural, a floresta foi o tipo de cobertura mais afetada, o que inclui formações savânica e florestal, o mangue e a restinga arbórea. Dessa classe, foram perdidos 2,7 milhões de hectares entre 1985 e 2023.

A formação campestre, apesar de perder menos em extensão, com conversão de 2,45 milhões de hectares, foi a que mais diminuiu proporcionalmente. Nos 39 anos, 27% dessa classe foi convertida, principalmente em áreas de agricultura e pastagem.

“A Mata Atlântica convive simultaneamente com o desmatamento e a regeneração, mas em regiões que não coincidem. Ainda perdemos matas nas regiões onde ainda há uma proporção relevante de remanescentes e ganhamos onde

a devastação ocorreu décadas atrás e sobrou muito pouco”, diz o diretor executivo da Fundação SOS Mata Atlântica, Luis Fernando Guedes Pinto.

Apesar das pastagens ocuparem 26,23% de todo o território onde a Mata Atlântica é nativa, a agricultura foi a que mais avançou. De 1985 a 2023, a área agrícola em toda a Mata Atlântica passou de 10,6 milhões de hectares a 20,2 milhões de hectares. Os estados do Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e São Paulo foram os que proporcionalmente mais foram afetados por essa conversão.

A soja e a cana-de-açúcar representam 87% das lavouras temporárias no território do bioma, que também produz arroz, algodão e outras culturas nessa modalidade. Em 39 anos, o cultivo da cana-de-açúcar avançou sobre 4,2 milhões de hectares e a soja alcançou mais 8,2 milhões de hectares até 2023.

A silvicultura também avançou nesses últimos 39 anos, foram mais de 3,6 milhões de florestas plantadas nessa modalidade, representando 50% da prática em todo o país. A maior parte da silvicultura na Mata Atlântica, 60% foi plantado nos estados de Santa Catarina, Paraná e Bahia.

Quando considerado o total da área ocupada pela agropecuária, que inclui além da agricultura e pastagens, os mosaicos de uso e a silvicultura, são 71,99 milhões de hectares convertidos até 2023.

Apesar de toda a pressão da ação humana sobre a Mata Atlântica, um dado sobre o desmatamento chamou a atenção em 2023, quando houve uma redução de 49% desse tipo de ação no bioma, em relação ao ano 2000. Para Guedes Pinto, esses avanços apontam um caminho. “O desmatamento zero e a restauração em grande escala vão garantir o futuro do bioma, contribuir para enfrentar as crises globais do clima e da biodiversidade, garantir serviços ecossistêmicos e evitar tragédias localmente”, conclui.

O Brasil tem um passivo ambiental de 25 milhões de hectares de vegetação nativa que precisa ser recuperada

A iniciativa é resultado da colaboração internacional entre brasileiros e norte-americanos da CI

NEGÓCIOS

Projetos menores de hidrogênio verde podem ser alternativa para falta de infraestrutura energética

Com linhas de transmissão e margem de conexão muito aquém do ideal, especialistas começam a buscar alternativas para o seto

Luciano Rodrigues luciano.rodrigues@svm.com.br

Alternativa plausível

Um dos principais gargalos atualmente para o desenvolvimento das plantas de hidrogênio verde (H2V) em todo o País está na infraestrutura de energia. Sem linhas de transmissão e margens de conexão que forneçam acesso dos empreendimentos à rede, os equipamentos podem nem sair do papel. A solução pode estar em reduzir o tamanho dos projetos. Essa foi uma das propostas apresentadas por Thiago Valejo, gerente de Projetos de Petróleo, Gás, Energias e Naval da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Ele é um dos autores da nota técnica ‘Panorama do hidrogênio no Brasil e no RJ: desafios e próximos passos’, divulgada pela entidade.

O primeiro é o caminho dos projetos e hubs isolados e não interligados no sistema. Esse é um caminho possível. A gente não onera, ou não sobrecarrega, ou não demanda demais investimentos das linhas de transmissão nessa parte do setor elétrico. Ou vai fazer de forma isolada, ou vai investir no conjunto.

“Investindo no conjunto, vai ter uma conta final tam-

bém desse setor elétrico. Esse é o grande ponto de reflexão que a gente coloca. Quem é que vai arcar com isso? Se não aparecer essa figura que vai arcar com os custos, isso vai voltar para todos nós como consumidores finais, todos os clientes aí que consomem energia elétrica”, acrescenta.

O especialista ainda assinala que é fundamental que haja “segurança jurídica” para o setor: “Precisa do decreto realizado, da resolução das questões com a integração do setor elétrico para realmente viabilizar esses projetos. A gente também precisa olhar para a competitividade do preço, de ser atrativo”.

De acordo com Marília Brilhante, engenheira elétrica e CEO da Energo Soluções em Energias, até é possível que esses projetos isolados saiam do papel, mas o desafio fica na conta de questões técnicas e financeiras.

“A usina de geração teria que ser junto a usina de H2V e ainda precisaria contar com banco de baterias para horas sem geração, no caso de solar ou geração reduzida em caso de eólica. Ficaria mais caro e precisaria de mais espaço. É preciso analisar a viabilidade caso a caso”, expõe.

Na nota técnica elabora-

A proposta do hub mundial de H2V no Complexo Industrial e Portuário do Pecém atende ao princípio da proximidade

O especialista da Firjan faz uma crítica direta para aqueles agentes que aceleram o prazo de regulação da cadeia produtiva de H2V

da pela Firjan, até abril deste ano, o País tinha 101 projetos de H2V, com a metade deles concentrados em três estados: Ceará (24), Rio de Janeiro (15) e Rio Grande do Sul (11).

No que tange aos projetos-pilotos, isto é, que já estão produzindo experimentalmente hidrogênio verde, o Rio de Janeiro é o maior destaque, com três pilotos, enquanto o Ceará tem somente um. Para Thiago Valejo, essa condição é proporcionada pela perícia do estado da região Sudeste em plantas de produção de energia.

“É uma característica do Rio de Janeiro (ter mais projetos-pilotos) por ser o maior produtor de petróleo e gás, por ser o estado com maior diversidade de fontes energéticas, por já ter experiências desses mercados, podendo ser aproveitada de algum modo para se aplicar no hidrogênio verde. É uma questão de maturidade e desse desenvolvimento do ambiente de negócios”, considera.

A proposta do hub mundial de H2V no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp) atende ao princípio da proximidade, como explica Thiago Valejo. O gerente da Firjan condiciona as plantas a serem instaladas no Ceará como pontos de exportação,



FOTO: EBP/INOVAGÇÃO

Ceará se destaca no Nordeste e no Brasil em número de bilionários

enquanto a produção no Rio de Janeiro vai buscar atender ao mercado interno.

“O melhor modelo para concretizar e avançar nesse mercado é a produção perto do consumo final. No Ceará, a gente vai ter um grande hub no Pecém. No Rio de Janeiro, tem o Porto do Açu também. A gente olha outros estados também se colocando nesse mercado. O principal desafio hoje é reverter esse quadro, acho que por conta de expectativa talvez e tempo de mercado estão acontecendo alguns adiamentos, suspensões de projetos, e fazer com que esses projetos de fato se concretizem”, reflete.

“Esse destino da produção de hidrogênio verde integrada ao consumo final, esse olhar de hubs, diria que é um modelo mais ideal. Isso não inviabiliza a produção destinada à exportação, até por conta da proximidade, da vantagem logística do Ceará, próximo ao mercado europeu, com uma demanda potencial significativa de hidrogênio”, completa.

O especialista da Firjan faz uma crítica direta para aqueles agentes que aceleram o prazo de regulação da cadeia produtiva de H2V, com ameaças para a retirada de investimentos caso não haja avanços urgentes. Para Valejo, é preciso

“separar o que é o timing dessa necessidade de prazo para discutir e construir a melhor regulação”.

“Não adianta a gente fazer uma regulação que depois a gente não consiga avançar ou gere dúvidas e a gente não tem a segurança jurídica. A gente precisa separar esse prazo necessário para construir essa regulação desse prazo que é uma expectativa do mercado com os anúncios”, aponta.

Nos prazos atuais estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia por meio Programa Nacional de Hidrogênio (H2) de Baixo Carbono (PNH2), de 2025 até 2035, a meta é disseminar as plantas do composto, consolidar o Brasil como o país mais barato do mundo para produzir o hidrogênio e consolidar o território nacional com os hubs.

Empresas e demais entidades, entretanto, querem que, a partir de 2027, já haja a produção de hidrogênio verde. Thiago Valejo acredita que não é possível atropelar os passos, principalmente por se tratar de uma questão sensível como a cadeia produtiva do H2V.

“Assinando um protocolo de intenções, há a intenção de desenvolver um projeto para gerar emprego e renda,

mas está aqui de alguma forma balanceando isso ou pressionando esse ambiente para sair logo essa regulação. A gente precisa ter essa balança de equilíbrio, o que de fato vai se concretizar, porque talvez não concretizem todos os memorandos de entendimento. Provavelmente não irão se concretizar todos, mas surgirão novos”, argumenta.

“Nosso momento de mercado também precisa ser respeitado, esse prazo de regulação, essa expectativa natural do investidor que quer acelerar e naturalmente a gente atrai novos entrantes aqui para o Brasil. É um mercado global. A gente não pode desconsiderar isso. A gente precisa ter atenção, talvez muito mais do que preocupação nesse momento, e continuar trabalhando para contribuir para a melhor formação da regulação dos empreendimentos no país”.

Já para Marília Brilhante, “precisamos de pressa mesmo” para que essa regulação saia realmente do papel, e não englobando apenas a cadeia produtiva do H2V, mas toda o setor energético nacional.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.com.br

EGIDIO SERPA

egidio.serpa@svm.com.br



MEDIDAS ATACAM A CLASSE MÉDIA

No momento em que se agudiza a crise fiscal, mas de costas para ela, a Câmara dos Deputados aprovou na semana passada o projeto de lei que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Executivo Federal. O texto da proposta seguiu para apreciação do Senado Federal. Quanto custará esse presentinho? Resposta: R\$ 18 bilhões neste 2025, R\$ 26,8 bilhões em 2026 e R\$ 29,2 bilhões para 2027. Total: R\$ 73 bilhões. É a colaboração do Poder Legislativo ao agravamento das contas públicas, cujo déficit se avoluma, fazendo crescer a dívida e o seu serviço. O ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes já advertiu que, no fim deste ano, o Brasil gastará, só para pagar os juros dívida, a montanha de R\$ 1.050 trilhão. Mas sempre há um jeito de piorar o que está ruim.

O governo, por meio do seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o congelamento de R\$ 31,3 bilhões do orçamento deste ano, e, em seguida, um aumento da alíquota do IOF cobrado sobre operações financeiras. Fê-lo, porém, de um jeito tão improvisado que nem o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, foi informado com antecedência. De acordo com Haddad, a alteração integra um esforço coordenado para alinhar a política fiscal, tarefa do Executivo, à política monetária, mister da Autoridade Monetária. O aumento dos vencimentos dos servidores públicos elevará as despesas do governo, que, em vez de cortar mais na própria carne, ou seja, no seu orçamento, optou, como sempre, por elevar a carga tributária, elegendo o IOF como saída para a atual necessidade. Com essa medida, espera o Ministério da Fazenda arrecadar R\$ 20,5 bilhões neste ano e R\$ 41 bilhões em 2026. São medidas que atingem o bolso da classe média.

Por exemplo: sobe de 3,38% para 3,50% por operação a alíquota do IOF para cartão de crédito e débito internacional, cartões pré-pagos e cheques-viagem. Sobe de 1,1% para 3,5% a alíquota do IOF cobrada pela compra de dólar, euro e outras moedas em espécie. Resumindo: viajar para o estrangeiro ficou mais caro. Antes de tudo isso, no dia 21, o governo encaminhou ao Parlamento uma Medida Provisória que prevê a gratuidade da conta de luz para famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa e que consomem até 80 Kvh/mês. A proposta também contempla pessoas com deficiência ou idosos no Benefício de Prestação Continuada (BPC), famílias indígenas e quilombolas do CadÚnico, e famílias atendidas em sistemas isolados por módulo de geração offgrid. Caso o consumo exceda os 80 kWh, será pago apenas o proporcional.

A MP ainda prevê a isenção do pagamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para famílias do CadÚnico com renda mensal entre meio e um salário-mínimo por pessoa que consomem até 120 kWh/mês. Todo esse conjunto de bondade terá um custo superior a R\$ 3 bilhões por ano, despesa que será debitada na conta de luz dos demais consumidores pessoas físicas e jurídicas. A despesa do governo sobe, e o déficit orçamentário, também. Todas essas providências integram o conjunto de ações voltadas à melhoria da imagem do presidente Lula com vistas à sua reeleição em 2026. É do jogo.

O que desejam o ministro Haddad e sua equipe é alcançar, no fim deste exercício, o sonhado equilíbrio fiscal, ou déficit zero, algo que o mercado considera muito difícil por falta de compromisso do governo com o ajuste fiscal. E o próprio titular do ministério da Fazenda também está com sua credibilidade tísada pela maneira atabalhada com que foi feito o anúncio das últimas medidas, abrindo a desconfiança dos investidores. O mercado observa a briga interna no governo: de um lado, os ministros com gabinete no Palácio do Planalto, que tudo fazem para reeleger Lula; do outro lado, sozinhos, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simonte Tebet, que se esforçam para reduzir os gastos para zerar o déficit. Se a taxa de desemprego segue baixa, se a economia cresce, se a inflação está sob controle, por que a popularidade do presidente Lula não cresce? Talvez a resposta esteja nos casos recém-divulgados sobre corrupção do INSS.



PAÍS

Ciganos cobram inclusão no Censo e mais acesso a políticas públicas

No Brasil, entre os problemas ainda enfrentados por essa parcela da população estão o racismo, o preconceito e a falta de acesso a políticas públicas específicas

pais@svm.com.brs



FOTO: DIVULGAÇÃO

A cultura cigana desperta interesse e curiosidade, com destaque para a dança

Busca por visibilidade

Estimativa do IBGE é que, no Brasil, haja de 800 mil a um milhão de ciganos

Um povo que resiste, que carrega na memória séculos de diáspora e perseguição, mas também de cultura, tradição e luta pela autodeterminação. Assim é o povo romani — ou povos ciganos —, composto principalmente pelas etnias calon, rom e sinti, que integra a diversidade dos povos tradicionais do Brasil.

Mesmo com esse legado, o povo romani segue entre os grupos mais invisibilizados do país, apontando pouca presença no debate público e nas políticas públicas. Como outros

povos tradicionais, reivindica direitos básicos, como moradia digna, acesso à educação e ao trabalho.

A série de reportagens Invisíveis do Brasil, da Agência Brasil, publicada por ocasião do Dia Nacional do Cigano (24 de maio), amplia a voz dessas lideranças e revela as principais demandas e desafios enfrentados pelo movimento romani no país. O dia foi instituído em 2006, por meio de decreto presidencial, em homenagem ao povo romani e à sua padroeira, Santa Sara Kali.

Estima-se que, no Brasil, a

população cigana (também conhecida como romani) seja de 800 mil a 1 milhão de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O povo romani tem uma história de diáspora, higienização étnica, genocídio e perseguição, inclusive, pelos nazistas. Um dos 28 povos tradicionais relacionados no Decreto nº 8.750/2016, os ciganos habitam o Brasil pelo menos desde 1574, ano em que o primeiro calon, João Torres, chegou ao país com a esposa e os filhos, vindo de Portugal.

Em 1686, o país começou a deportar ciganos para o Brasil. Documentos portugueses datados daquele ano registram que eles deveriam ser degredados para o Maranhão. Antes, eram levados somente para as colônias africanas.

O multiartista, pesquisador, ativista, jornalista e produtor cultural Aluizio de Azevedo destaca que as pessoas de sua etnia, a calon, sempre tiveram uma ligação com a Península Ibérica, ainda que não fossem de lá. Ele tem a clareza de que as manifestações de repulsa que os colonizadores do Brasil direcionavam aos calon eram reproduzidas no trato com as outras etnias.

“Portugal e Espanha sempre rejeitaram muito os ciganos e os proibiam de falar a sua língua, de praticar ofícios tradicionais, como a leitura de mãos, de uma série de coisas. Por exemplo, de ficar mais de 48 horas em um mesmo lugar. Daí o nomadismo ser uma coisa um pouco forçada. E as penas eram degredo para seu país e suas colônias”, explica.

Segundo Azevedo, por três séculos, Portugal conservou a postura de repelir esses povos. “Além dessas políticas persecutórias e colonialistas que Portugal fez, chegando ao Brasil, o Brasil seguia as mesmas regras, porque era uma colônia portuguesa. Era Portugal quem mandava. E, depois, isso permaneceu no Estado brasileiro, quando ele se liberta administrativa e politicamente de Portugal. Continua com o modus operandi”, observa.

“Durante séculos, o Estado brasileiro foi muito mau com os ciganos, foi muito ruim. Inclusive, ocorreram episódios que ficaram conhecidos como as correrias ciganas, que era a polícia invadir acampamento, matar todo mundo e provocar a correria de todo mundo em fuga”, emenda.

“Isso aconteceu até muito recentemente, com mais força até a década de 1970, mas ainda acontece”, completa Aluizio de Azevedo.

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. DISPÕE DE VAGAS PARA AMBOS SEXOS.

VAGAS PARA PCD'S INTERESSADOS DEVEM ENVIAR CURRÍCULOS PARA O E-MAIL: slspessoal2023@gmail.com

OU PARA A RUA LUÍS GAMA, 280 CEP 60810740 - FORTALEZA/CE.

COMPROMISSO COM A VERDADE

Diário do Nordeste

diariodonordeste.com.br

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ - AVISO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - O ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças do Município de Caririáçu/Ceará, em cumprimento a ratificação procedida, faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2025, a seguir: **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL VISANDO COMPELIR A UNIÃO A EFETUAR O REPASSE DA QUOTA PARTE DO MUNICÍPIO NO FPM CONSIDERANDO O TOTAL DOS INGRESSOS COM ORIGEM NO IPI E NO IR, SEJA QUAL FOR A MODALIDADE DE QUITAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OU A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS, BEM COMO A DEVOLUÇÃO DA QUANTIA NÃO REPASSADA NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS. **FAVORECIDO:** MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o N.º 35.542.612/0001-90. **VALOR:** R\$ 0,20 (vinte centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) recuperado, sobre o montante de **R\$ 27.974.879,62 (Vinte e Sete Milhões, Novecentos e Setenta e Quatro Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Sessenta e Dois Centavos)**. Fundamento Legal: inciso III, alínea “c” do art. 74, combinado com o parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores bem como no Artigo 3º, parágrafo único da Lei Federal nº 14.039, de 17 de Agosto de 2020. Declaração de Inexigibilidade emitida pelo ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças do Município de Caririáçu/Ceará - Ricardo Santos Barros. Caririáçu/Ceará, Em 23 de Maio de 2025. **Ricardo Santos Barros** - Secretário de Planejamento e Finanças.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ - AVISO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL - O Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura do Município de Caririáçu-Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público o extrato do Quinto Aditivo Nº 2025.05.23.01 ao Termo de Contrato n. 2024.05.22.01, decorrente da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2023.11.14.01, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ZONA RURAL (SÍTIOS E VILAS) E NA SEDE NO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CEARÁ, CONFORME PROJETOS BÁSICOS EM ANEXO DO EDITAL DE LICITAÇÃO. CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA. **CONTRATADA:** CONSTRUTORA EXITO LTDA-EPP. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O aditivo do contrato em questão encontra amparo no artigo 65, inciso I, alínea “b” e parágrafo primeiro, do mesmo artigo, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores. **ALTERAÇÃO CONTRATUAL:** As alterações somam assim o valor do contrato anteriormente pactuado de R\$ 3.207.997,93 (Três Milhões, Duzentos e Sete Mil, Novecentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Três Centavos), mais a quantidade aditivada no valor correspondente de R\$ 142.948,09 (Cento e Quarenta e Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Nove Centavos), perfazendo um novo valor global de R\$ 3.350.946,02 (Três Milhões, Trezentos e Cinquenta Mil, Novecentos e Quarenta e Seis Reais e Dois Centavos). **ASSINA PELA CONTRATADA:** SYOMARA ALVES BARBOZA. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** RICARDO SANTOS BARROS. Caririáçu-Ceará, Em 23 de Maio de 2025. **Ricardo Santos Barros** - Gestor do Fundo Geral.

Política é

PONTOPODER

Leia em Diário do Nordeste.

Samir Xaud, da Federação Roraimense de Futebol, deve ser o novo presidente da CBF



FOTO: REPRODUÇÃO/INSTAGRAM SAMIR XAUD

Samir Xaud é eleito por aclamação para presidência da CBF; veja como clubes e federações votaram. Ceará e Fortaleza apoiavam outro candidato, enquanto a Federação Cearense está do lado de Samir

Daniel Farias e João Bandeira Neto

Novo comando

Quase todas as federações estaduais de futebol apoiam Samir Xaud como novo presidente da CBF

O médico roraimense Samir Xaud, de 41 anos, foi eleito novo presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) neste domingo (25). Candidato único no pleito, ele foi aclamado presidente e ocupará o cargo que até então era de Ednaldo Rodrigues. É o 11º nome na presidência, entre interventores e interinos.

Nas eleições participaram 25 Federações, 11 clubes da Série A e 10 clubes da Série B. Samir Xaud foi eleito juntamente com 8 vices-Presidentes, assim como o novo Conselho Fiscal.

O Fortaleza, em protesto, não participou da eleição. O Ceará, representado pelo seu

presidente, João Paulo Silva, esteve no pleito. A Federação Cearense de Futebol (FCF), representada por Mauro Carmêlio, esteve na eleição. Ele, que recebeu votos de 26 federações e 20 clubes, assume imediatamente o cargo e tem mandato até 2029. Apesar de ser candidato único, Xaud não conseguiu unanimidade de votos. Foram 103 votos de um total de 141 possíveis.

Xaud obteve o apoio de 25 federações e de dez clubes, o que inviabilizou qualquer outra candidatura, conforme rege o estatuto da CBF. Os últimos dias foram de movimentações nos bastidores no que diz respeito a apoios e protestos sobre

o novo presidente.

Clubes que não votaram em protesto: América-MG, Athletico-PR, Atlético-GO, Botafogo-SP, Chapecoense, Corinthians, Coritiba, Cruzeiro, Cuiabá, Flamengo, Fluminense, Fortaleza, Goiás, Internacional, Juventude, Mirassol, Novorizontino, São Paulo e Sport.

Quase todas as federações estaduais de futebol apoiam Samir Xaud como novo presidente da CBF. Apenas duas não declararam apoio ao médico: a de São Paulo (presidida por Reinaldo Bastos, que desejava ser candidato) e a de Mato Grosso.

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Dis-

trito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins estão ao lado de Xaud.

Ednaldo Rodrigues foi afastado da presidência da CBF após decisão da Justiça, que investiga possíveis irregularidades na sua reeleição. Ele chegou a cogitar pedir um recurso para voltar ao cargo, mas recuou e desejou sucesso ao novo presidente.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

TOM BARROS

tom.barros@svm.com.br



DE VICENTE FEOLA A ANCELOTTI

Hoje, chega ao Brasil o novo treinador da Seleção Brasileira. Será o primeiro estrangeiro oficialmente contratado para a dura missão de ganhar a Copa do Mundo. Antes, alguns estrangeiros dirigiram a Canarinho, mas em circunstâncias eventuais, passageiras. Agora é diferente.

Ancelotti vem como salvador do futebol. Um gênio. Um sábio. Um mago. Na ótica do afastado presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, que o contratou, os treinadores brasileiros estão todos ultrapassados. Estagnaram. Ficaram para trás. Chegou a hora de conferir.

O assunto é polêmico. Nos times que Ancelotti dirigiu, ele sempre contou com estrelas máximas. Verdadeiras seleções internacionais. Agora terá as limitações que não teve por onde passou. Certamente, será um dos maiores desafios de sua vida, senão o maior.

As coisas mudam. Feola, primeiro técnico campeão do mundo pelo Brasil, ganhou o título mundial, batendo os europeus lá na Europa. Agora, 67 anos depois, o Brasil, para tentar voltar a vencer, foi buscar na Europa seu novo técnico. Capitulamos.

AJUNTAMENTO

A culpa pelo fracasso do Brasil nas competições internacionais é dos treinadores? A meu juízo, não. Nossos treinadores são bons. O problema está na estrutura e na forma de preparação da seleção Canarinho. É mais um ajuntamento de última hora, sem tempo sequer para uma preparação adequada.

APOSENTADOS

Quer dizer, então, que Renato Gaúcho, Mano Menezes, Luiz Felipe Scolari, Fernando Diniz, Dorival Junior, Tite, Rogério Ceni, Filipe Luiz, Vanderlei Luxemburgo, Falcão, Zico, enfim, todos, em termos de Seleção Brasileira, estão aposentados? Que absurdo! O nome da vez agora é Carlo Michelangelo Ancelotti Cavaliere.

TORCIDA

Não sou xenófobo. O cargo de treinador da Seleção Brasileira não é privativo de brasileiro nato. Apenas entendo que o problema não está no comando técnico. Mas vou torcer por Ancelotti. Se ele for campeão do mundo, comandando o Brasil, eu o aplaudirei com o mesmo entusiasmo com que aplaudi Vicente Feola em 1958.

CRISE

Carlo Ancelotti chega em um momento de grave crise no alto comando da Confederação Brasileira de Futebol. Quem o contratou, o ex-presidente Ednaldo Rodrigues, foi afastado por decisão judicial. E os clubes estão divididos. Isso é muito ruim.

MISSÃO

Está aí o novo treinador. Terá a honra de comandar a mais vitoriosa seleção da história da FIFA. Que alcance, no seu trabalho aqui no Brasil, o mesmo êxito que Vicente Feola, Aymoré Moreira, Mário Jorge Lobo Zagallo, Carlos Alberto Parreira e Luiz Felipe Scolari alcançaram, ou seja, o título de campeão do mundo com a Canarinho.

Hugo Calderano perde final do Mundial de Tênis de Mesa e fica com a medalha de prata

jogada@svm.com.br

Prata para Calderano

FOTO: STR/ARF



O brasileiro Hugo Calderano ficou com a prata! Neste domingo, o número 3 do mundo não conseguiu superar o vice-líder do ranking, que venceu por 4 a 1 - parciais de 12/10, 11/3, 4/11, 11/2 e 11/7. Wang Chuqin manteve a hegemonia chinesa de 22 anos no torneio, que só fica atrás das Olimpíadas em importância na modalidade. Ainda assim, Hugo Calderano se consolidou entre os grandes nomes do esporte com uma medalha histórica para o Brasil. Calderano e Wang se enfrentaram seis vezes no circuito, com quatro vitórias do chinês. Porém, o brasileiro levou a melhor na última partida, na semifinal da Copa do Mundo deste ano.

“Tem um significado enorme (a medalha). Sempre foi um dos meus grandes objetivos. Há alguns anos, era muito difícil pra um brasileiro sonhar com uma medalha em um Mundial. Nós conseguimos esse objetivo. Claro que ficou um gostinho de “quero mais”, de sair daqui campeão mundial. Tenho certeza de que vou ter outras oportunidades. Vou continuar elevando meu

Hugo Calderano se consolidou entre os grandes nomes do esporte com uma medalha histórica para o Brasil

nível, me preparando muito para chegar ainda melhor nas próximas”.

“Foi bem difícil a derrota em Paris. Não foi fácil digerir tudo o que aconteceu. Passei por uma fase complicada, mas consegui dar a volta por cima, jogando o melhor tênis de mesa da minha vida, da minha carreira, vivendo momentos incríveis. A gente treina muito para estar ali jogando o último jogo do Mundial, na mesa principal. Muita gente assistindo, muita gente torcendo. Sou muito grato por ter tido essa oportunidade e vou continuar buscando muito mais”, destacou Hugo.

Hugo Calderano conquista etapa de Durban no mundial de tênis de mesa

JOGADA

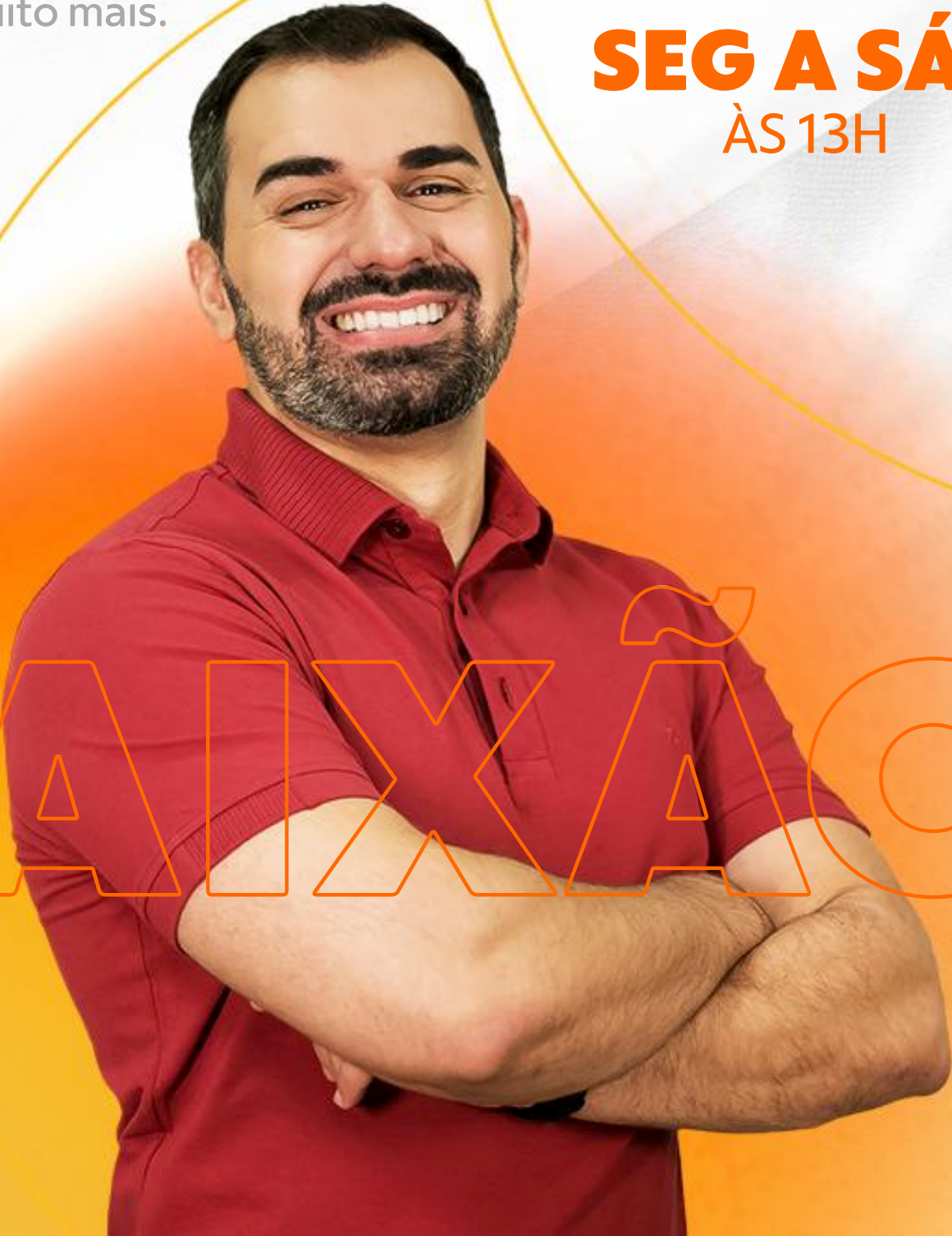


Na Terra do Sol, a **PAIXÃO** pelos esportes não tem fim! E você vive toda essa emoção no Globo Esporte CE com **Marcos Montenegro**

Análises exclusivas, o melhor do futebol cearense, eventos esportivos de tirar o fôlego e muito mais.



SEG A SÁB
ÀS 13H



PAIXÃO